

EC 103 e ações necessárias para o equilíbrio atuarial dos RPPS

Porto Alegre, 12 de maio de 2021

Alterações promovidas pela EC
103/19

Alterações da EC 103/19

- Implantação imediata e obrigatória
 - Alíquota mínima de 14%
 - Limitação dos benefícios do RPPS a aposentadorias e pensões
- Implantação no curto prazo e obrigatória
 - Teto para os benefícios do RPPS
 - Previdência complementar

Alterações da EC 103/19

- Aplicação posterior e facultativa (reforma da previdência municipal)
 - Elegibilidades (idades mínimas e demais requisitos)
 - Fórmulas de cálculo dos benefícios
 - Ampliação da base de cálculo das contribuições de aposentados e pensionistas
 - Contribuição extraordinária

Possível estratégia de equacionamento

- Adequação da legislação à alíquota mínima
- Limitação do rol de benefícios
- Reforma da Previdência municipal
 - Elegibilidades, regras de cálculo e manutenção
 - Alterações na base de contribuição dos aposentados e pensionistas e criação de contribuição extraordinária
- Estudos para avaliar outras medidas de equacionamento do déficit atuarial

Resultados dos estudos de equacionamento

Município	Reforma Previdência	Monetização	Impacto no Déficit Atuarial ¹		Impacto Financeiro nos primeiros cinco anos	
			Reforma	Monetização	Reforma	Monetização
Novo Hamburgo	Em estudo	Em estudo	-26%	-64%	-25%	-53%
Mariana Pimentel ^{2 3}	Concluída		-80%		48%	
Gravataí ²	Em estudo	Em estudo	-49%	-55%	-40%	-83%

Notas

1 Resultado atuarial sem o plano de amortização em vigor.

2 Cenário com a base de contribuição sobre os benefícios acima do SM.

3 O resultado positivo indica que o superávit financeiro aumentará.

Portaria MF 464/2018

Portaria MF nº 464/2018


- Formas de equacionamento do déficit atuarial
 - Plano de amortização
 - Segregação da massa
 - Aperfeiçoamento da legislação
 - Gestão integrada de ativos e passivos
 - Aporte de bens, direitos e ativos

Portaria MF nº 464/2018

- Plano de amortização
 - Possibilidade de **prazos maiores**, vinculados à duração do passivo do plano de benefícios ou à sobrevida dos aposentados e pensionistas
 - Possibilidade de **equacionamento parcial do déficit** atuarial com o uso do Limite de Déficit Atuarial (LDA)


Compensação previdenciária

- Compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), e destes entre si, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria.
 - Início da compensação entre RPPS em 2021, com previsão de adesão até 31/12/2021
 - Novo sistema de compensação previdenciária
 - Prazos para atendimento fixados pelo CNRPPS



Obrigatório para o ente federativo com RPPS (EC 103/2019, art. 40)

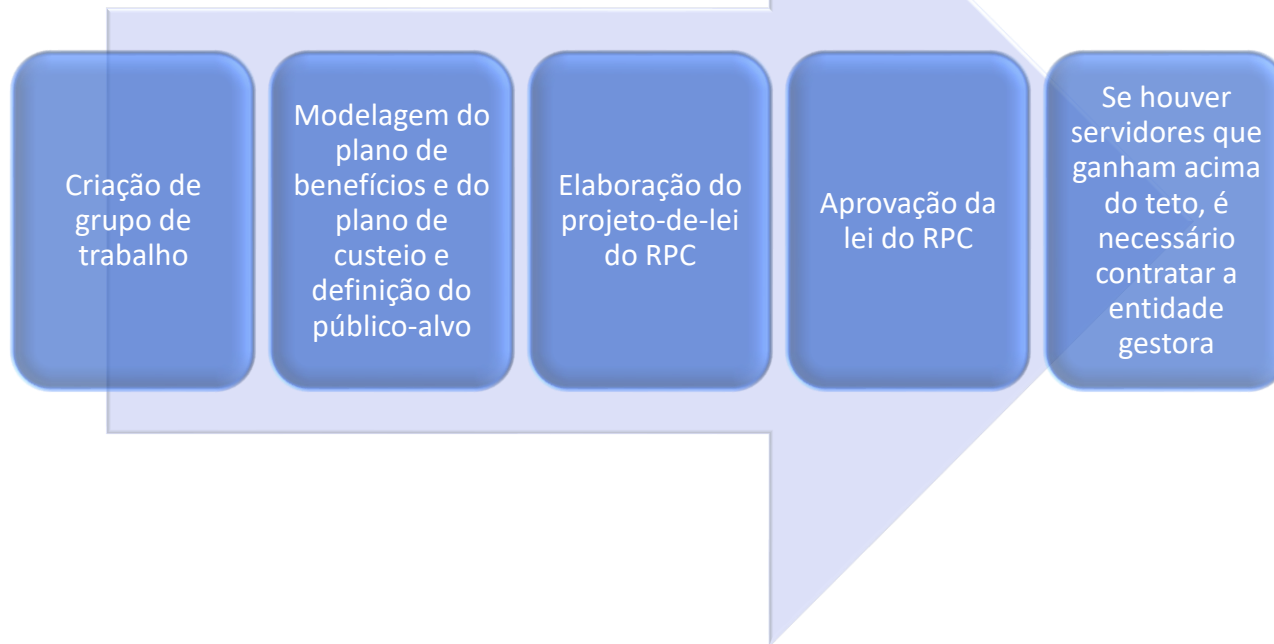
Destinado a servidores que ganham acima do teto do RGPS (R\$ 6.433,57)



Regime de previdência definido no art. 202 da CFB

Implementar até nov/2021

Processo de criação da previdência complementar



Alternativas de implantação do RPC

- Criar uma entidade
 - Viável apenas com 10.000 ou mais participantes
- Aderir a uma entidade e criar um plano de benefícios próprio
 - Demonstrar a viabilidade
- Aderir a uma entidade e a um plano multipatrocinado